



O JORNAL *O BRADO UNIVERSITÁRIO* (1974 – 1976): A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL À DITADURA MILITAR DENTRO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3402

Regina Célia Daefiol, UEM

Resumo

Apresentação do projeto de pesquisa “O jornal *O Brado Universitário* (1974 – 1976): a resistência estudantil à ditadura militar dentro da Universidade Estadual de Maringá”, contextualizando o movimento estudantil no Brasil e na UEM. O objetivo é demonstrar a importância da pesquisa, considerando que o objeto/fonte é inédito.

No levantamento bibliográfico realizado para a produção do projeto, constatamos não existir pesquisa sobre ou a partir do jornal *O Brado Universitário* - periódico produzido pelo Centro Acadêmico do curso de Direito da UEM -, o que, além de conferir um caráter de ineditismo ao trabalho, também revela a possibilidade de retomada da temática do movimento estudantil sob um novo ponto de vista.

A pesquisa proposta buscará construir uma narrativa histórica sobre o periódico e seu papel na expressão da resistência estudantil ao regime militar instaurado no Brasil em 1964. Serão analisadas as edições produzidas entre 1974 e 1976, além de fontes orais (entrevistas com personagens que participaram da produção do jornal). A análise das fontes será feita a partir da abordagem metodológica dos seguintes autores: Capelato (1988), Luca (2008), Mota (2004), Alberti (1996) e Portelli (1997).

O tema proposto tem relevância histórica, pois a militância e a resistência dos estudantes tiveram papel fundamental no processo de redemocratização e de construção de um novo modelo político para o país. Ainda há diversos aspectos do movimento estudantil que podem se constituir em objeto de pesquisa e o estudo do periódico produzido pelos acadêmicos de Direito da UEM pode oferecer um novo caminho nesta direção.

Palavras Chave:

Movimento estudantil;
regime militar;
resistência; repressão.

Introdução/Justificativas

O jornal *O Brado Universitário* - produzido pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá - representou uma expressão da resistência estudantil na Universidade Estadual de Maringá ao regime militar instaurado no Brasil em 1964, abordando temas que demonstravam o posicionamento político dos estudantes.

O jornal, no formato tabloide, não tinha periodicidade definida. A hipótese preliminar, formulada a partir de conversas com pessoas que viveram o período em que jornal era produzido, é que tenha circulado durante os anos de 1974, 1975 e início de 1976. Confirmada esta hipótese, a proposta é analisar todas as edições, considerando que o volume de números a ser analisado é pequeno.

Para compreender a relevância do periódico, bem como o contexto em que circulava, é preciso situar o movimento estudantil na história do país e dentro da Universidade Estadual de Maringá. Segundo o historiador Reginaldo Benedito Dias (2000):

A história do movimento estudantil da UEM não pode ser compreendida sem a devida consideração às especificidades do processo de constituição dessa instituição, criada em 1969, no bojo da reforma universitária promovida pela ditadura militar. Marcada pela expansão do ensino pago, essa reforma teve como elemento constitutivo a utilização de rígidas legislações restritivas à organização, participação e manifestação dentro da universidade, forma de coibir os setores engajados na luta pelo ensino público e democratização das estruturas educacionais do país. (DIAS, 2000, p. 13-14)

As propostas da reforma universitária do governo militar chocavam-se com o modelo defendido pela UNE (União Nacional dos

Estudantes), que pregava um ensino público e gratuito, e a democratização da reforma universitária (DIAS, 2011). O modelo imposto pelo governo militar era uma forma de tentar silenciar a voz do Movimento Estudantil (ME), o que o regime já vinha tentando desde 1964, com a cassação da “existência legal da UNE e das UEEs [União Estadual dos Estudantes], assim como a possibilidade de ação autônoma das entidades estudantis, convertidas oficialmente em órgãos do Estado”. (DIAS, 2011, p.86)

O regime militar também enfraqueceu as bases do poder de mobilização dos estudantes com a extinção dos centros acadêmicos, “que acabaram sendo substituídos por diretórios setoriais que aglutinavam estudantes de vários cursos de uma mesma unidade (faculdades, centros de áreas afins) das universidades”. (DIAS, 2011, p.86)

A desarticulação foi o meio com o qual a ditadura militar tentou anular a resistência e reprimir as demandas estudantis, que iam muito além de questões relativas à reforma universitária, incluindo pautas políticas e sociais que questionavam as ações e medidas do governo militar. As restrições impostas pelo AI-5 foram adaptadas ao meio universitário por meio do Decreto Lei 477, de fevereiro de 1969, promovendo uma reforma que mudou totalmente a estrutura de poder dentro das universidades. A partir dela, os estudantes passaram a não ter mais uma representação que pudesse de alguma forma influenciar as decisões nos conselhos superiores e nos departamentos das universidades.

As nomeações para os cargos de maior importância eram realizadas sem a participação da comunidade universitária, sendo o reitor - que era nomeado pelo governador do estado - responsável pela escolha e nomeação de chefes de departamentos. Naquele período, as regras impostas pelo regime militar cerceavam a

ampla participação da comunidade na política, seja estudantil ou partidária.

A reação estudantil contra as medidas arbitrárias do regime despontava por todo o país, por meio de ações de resistência. Os movimentos e protestos resultantes dessas ações representaram um importante meio de contestação, denúncia e luta estudantil contra a repressão e as medidas arbitrárias impostas pela ditadura militar. Segundo afirma Santana (2007), o movimento estudantil desempenhou papel relevante por ter lutado de forma marcante contra a ditadura:

[Os estudantes] se posicionaram corajosamente contra o autoritarismo, a opressão, a repressão e as demais arbitrariedades cometidas pelos detentores do poder, mesmo sofrendo inúmeras represálias e, muitas vezes, pagando com a própria vida o preço de se colocar como oposição aberta ao regime instituído. (SANTANA, 2007, p. 216)

Neste cenário, os militantes do movimento estudantil buscavam formas alternativas para driblar a repressão e a censura, que cerceavam a liberdade de expressão. Os informativos e periódicos produzidos pelo movimento estudantil foram um importante instrumento de resistência em meio às ações perpetradas pela ditadura. Esses periódicos eram uma vertente da chamada imprensa alternativa, nome atribuído a um conjunto de publicações que não só encontravam brechas para noticiar o que a censura impedia que a imprensa tradicional publicasse, como também davam um enfoque muitas vezes radicalmente oposto ao da mídia tradicional aos fatos e temas do período. Usando um tom opinativo e de denúncia, as publicações da imprensa alternativa acabavam colocando em destaque - e em debate - muitos temas considerados “proibidos”. De acordo com KUCINSKI (1991):

Em contraste com a complacência

da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 1991, p.5)

No período da ditadura militar, a imprensa alternativa teve um período de grande produção e suas publicações circularam não apenas no Brasil, mas também em países nos quais muitos opositores ao regime militar foram exilados. Segundo Kucinski (1991), entre 1964 e 1980 surgiram e desapareceram cerca de 150 periódicos de “oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa ou imprensa nanica*”. (KUCINSKI, 1991, p.5)

A origem das publicações “nânicas” no país se deu ainda no século XIX. “Fazendo humor, trazendo denúncias e atacando com linguagem virulenta a Corte e o próprio imperador, os pasquins marcaram o surgimento de um novo jornalismo.” (SACCHETTA, 2011, p.35). No período da ditadura militar, praticando um jornalismo opinativo e resistindo à ação da censura, a imprensa alternativa versava “do humor à política, passando também pela cultura acadêmica e a contracultura, pelos costumes e pelos movimentos sociais, entre outros segmentos” (SACCHETTA, 2011, p.35).

O jornal *O Brado Universitário*, do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, que representava os estudantes da Faculdade de Direito, trazia tratava de assuntos considerados “perigosos” porque, direta ou indiretamente, confrontavam a ditadura militar, como

críticas ao AI-5 (Decreto Lei 477), os aumentos das anuidades e ao processo de elitização das universidades públicas, defesa da gratuidade do ensino.

O jornal foi monitorado pela polícia política do regime militar, o que pode ser comprovado em documentos dos arquivos do Dops (Departamento de Ordem Política e Social). O órgão policial analisava a tiragem, os temas, a periodicidade, os acadêmicos responsáveis pelas publicações, a vinculação com os diretórios e até mesmo a parceria do periódico com O Diário do Norte do Paraná, principal jornal diário de Maringá, onde eram impressas as edições de *O Brado Universitário* (DIAS, 2011).

História política

O tema proposto pelo presente projeto está inserido no universo da História Política, na medida em que buscará construir uma narrativa histórica sobre a atuação política dos estudantes do curso de Direito da UEM na resistência à ditadura militar imposta ao país em 1964. A análise do jornal *O Brado Universitário* possibilitará reconstruir uma parte importante da memória do movimento estudantil enquanto agente político no período dos governos militares.

A militância, as manifestações de protesto e a resistência dos estudantes tiveram papel fundamental no processo de redemocratização e de construção de um novo modelo político para o país, baseado em premissas como a volta das eleições diretas para presidente e o fim da repressão. Os estudantes posicionaram-se politicamente contra o autoritarismo dos militares e conseguiram desencadear na sociedade reações que foram aos poucos tornando insustentável a continuidade do regime.

A história política, que teve grande prestígio durante o século XIX, entrou em processo de declínio a partir da fundação da revista *Annales*, em 1929, na França, que provocou grande transformação no campo da historiografia.

“Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história, onde o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental”. (FERREIRA, 1992, p.1)

Essa transformação relegou a história política a um lugar secundário durante décadas, quadro que foi se modificando a partir da visão de historiadores que defendiam a análise da dimensão política dos fatos sociais. Como René Remond, que preconizava um “renascimento” da história política que deveria ser entendido “em ligação com duas ordens de fatores: as transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica”. (FERREIRA, 1992, p.1). Remond defendia a renovação da história política refutando antigas acusações de que seu foco são as minorias privilegiadas em detrimento das massas e de que seu objeto “são os fatos efêmeros e superficiais, por conseguinte inscritos na curta duração, incapazes de fazer perceber os movimentos profundos das sociedades”. (FERREIRA, 1992, p.3).

De acordo com Ferreira, as críticas que a história política recebeu ao longo de décadas acabaram levando a uma “reflexão profunda que suscitou a iniciativa de retomar e redescobrir as grandes contribuições do passado [...]” (FERREIRA, 1992, p.3). Além disso, o contato da história com outras disciplinas – inaugurado pelas inovações propostas pela própria Escola dos Annales – abriu novas perspectivas também para a história política:

A pluridisciplinaridade possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação, bem como a construção de novas problemáticas [...] O eixo central da renovação proposta por esses historiadores decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que o

tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história. (FERREIRA, 1992, p.3)

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, serão analisadas as edições do jornal *O Brado Universitário* produzidas entre os anos de 1974 e 1976, período em que o informativo circulou, segundo hipótese preliminar. A intenção é fotografar ou digitalizar cada um dos exemplares que se encontram arquivados.

Será realizada a leitura de cada um dos exemplares produzidos durante o período a ser pesquisado (1974-1976). Após a leitura, as matérias/reportagens serão tabuladas de acordo com os temas abordados para verificar qual o espaço destinado a conteúdos que remetam à resistência política ao regime militar. A análise dessa fonte será feita a partir da abordagem metodológica dos seguintes autores: Capelato (1988), Luca (2008), Mota (2004).

Em *Apologia da História*, Marc Bloch afirma que, como ciência, a História deve se amparar em uma metodologia que permita ao historiador, partindo do seu presente, “ir do mais ou menos mal conhecido ao mais obscuro” (BLOCH, 2002 p.67), como que seguindo um fio condutor que o levará às respostas que procura. Essa metodologia, aliada ao objeto de estudo escolhido e a pressupostos teóricos bem definidos, constitui o corpus da ciência História.

Para estabelecer a metodologia, faz-se necessário identificar os tipos de fontes que serão trabalhadas durante a pesquisa proposta. Serão utilizados dois tipos de fontes: textuais – exemplares do jornal *O Brado Universitário* - e orais – entrevistas com personagens que participaram direta e indiretamente na produção do periódico. A possibilidade de o historiador utilizar fontes diversas em uma pesquisa tornou-se realidade graças à grande transformação ocorrida na concepção de documento a partir da

Escola dos Annales. O conceito de fonte/documento foi se tornando cada vez mais abrangente, englobando mais materiais e até mesmo referências imateriais – como repertório de gestos, de moda, do folclore, entre outros – que pudessem fornecer informações, evidências e discursos passíveis de análise pelo historiador. Portanto, a historiografia trabalha hoje com um conceito ampliado e complexo de fonte histórica (BARROS, 2012).

De acordo com a proposta de taxonomia elaborada por Júlio Aróstegui no livro *A Pesquisa Histórica* (BARROS, 2012) - que classifica as fontes quanto à posição, intencionalidade, qualidade e serialidade - tanto os exemplares do jornal *O Brado Universitário* como as entrevistas a serem realizadas com os personagens se enquadram entre as chamadas fontes de conteúdo, que são subdivididas em fontes não-verbais e fontes verbais. Entre as verbais estão incluídos “os textos e registros escritos de todos os tipos, narrativos ou não-narrativos, e... os ‘arquivos provocados’ pela História Oral através de entrevistas.” (BARROS, 2012, p.146)

No universo das fontes verbais, a textual é a que predomina, apesar do crescimento da importância de outros tipos de fontes na pesquisa historiográfica. Entre as textuais, os periódicos (jornais, revistas, informativos, boletins) ganharam força não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa a partir da “revolução documental” promovida pelos Annales a partir da década de 1930 (LUCA, 2008).

No Brasil, as produções da imprensa só começaram a ser encaradas como fonte e objeto de pesquisa histórica a partir década de 1970. Até então havia uma resistência de grande parte dos historiadores em utilizar a imprensa como fonte historiográfica por considerarem os periódicos como documentos “suspeitos” por retratarem os acontecimentos cotidianos sem o necessário

distanciamento e por carecerem da objetividade tão cara à tradicional historiografia metódica (LUCA, 2008).

Com a abertura do diálogo da História com outras disciplinas das Ciências Humanas e o processo de alargamento do campo de preocupação desta ciência com a renovação temática, o historiador precisou repensar as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a própria concepção e análise crítica dos documentos. Esta mudança contribuiu também para a ampliação do universo das fontes e, assim, a imprensa, antes considerada fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser vista pelos historiadores como um manancial valioso de material de pesquisa e, desta forma, assumiu definitivamente a categoria de fonte historiográfica.

A mudança de concepção em relação às fontes ampliou não só a percepção do que é fonte/documento, como também diversificou as temáticas abordadas pela historiografia. Segundo Maria Helena Capelato (1988), a imprensa oferece amplas possibilidades para a formulação das mais diversas problemáticas e para a busca de conhecimento sobre as sociedades do passado.

Os periódicos, assim como qualquer outro tipo de fonte, exigem do historiador uma análise crítica que vai muito além do conteúdo do que está escrito ou publicado: Por que foi produzido? Por qual grupo foi produzido e como este se relaciona com as instituições e o poder? Quem são seus opositores e aliados? Quais suas intencionalidades explícitas e implícitas? Não podem também escapar à análise aspectos como a materialidade do periódico, seus suportes, a organização visual e estética. A crítica do historiador deve também superar o mito da imparcialidade e da objetividade que envolve a imprensa: uma notícia não é a verdade, mas uma leitura particular de uma realidade que traz em seu bojo várias

verdades. A notícia é a interpretação do fato jornalístico por quem a produziu.

O jornalista Luiz Gonzaga Motta faz uma afirmação que deve servir de alerta para o historiador ao analisar um periódico:

[...] é importante lembrar que mesmo na narrativa realista do jornalismo as personagens são figuras de papel, ainda que tenham correspondentes na realidade histórica. Lembrar que estamos analisando uma narrativa jornalística, como as notícias constroem personagens, conflitos, combates, heróis, vilões, mocinhos, bandidos, punições, recompensas. Não estamos fazendo uma análise da realidade histórica em si mesma. Nosso objeto é a versão, não a história. (MOTTA, 2007, p.7)

Capelato coloca que, na construção da narrativa historiográfica, um documento não pode ser analisado isoladamente, e sim em relação a outras fontes que auxiliem sua compreensão (CAPELATO, 1988). Na pesquisa proposta pelo presente projeto também serão utilizadas, como fontes orais, entrevistas com personagens que participaram diretamente e indiretamente da produção do periódico: o jornalista, escritor e dramaturgo Edilson Pereira dos Santos, e o escritor, professor e advogado Laércio Souto Maior. Poderão ser entrevistadas outras pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para a produção do periódico, cujos nomes possam surgir ao longo da pesquisa.

As entrevistas seguirão um roteiro pré-estabelecido: em primeiro lugar, será aplicado um questionário com perguntas diretas sobre a produção do jornal; em segundo lugar, a entrevista abrirá espaço para uma conversa livre entre entrevistador e entrevistado, com o objetivo de levantar relatos de acontecimentos, impressões e opiniões sobre fatos e situações que envolveram a

produção do periódico. As entrevistas serão gravadas e posteriormente decupadas.

A inclusão de fontes orais parte do pressuposto de Alessandro Portelli (1997), de que “as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra).” (PORTELLI, 1997, p. 26)

Para explorar com eficiência as possibilidades oferecidas por uma fonte oral, o historiador deve seguir uma metodologia que leve em consideração que, em uma entrevista, desenvolvem-se duas ações simultâneas:

Do mesmo modo que uma autobiografia, podemos dizer que uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações implicadas na própria entrevista. Com uma diferença, é claro: enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Assim, mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico – sobre ações passadas. (ALBERTI, 1996, p. 4)

É preciso considerar que uma entrevista é, em primeira instância, o resultado de uma ação interativa, a comunicação entre entrevistado e entrevistador. Neste processo, tanto um como outro tem ideias formadas sobre seu interlocutor e lança mão de recursos para exercer uma determinada ação sobre o outro: o entrevistador tenta utilizar artifícios para que o outro fale sobre sua experiência; o entrevistado tudo fará para que o entrevistador entenda seu ponto de vista e modifique suas próprias convicções enquanto historiador.

Depois, é preciso levar em conta que a entrevista de história oral é resíduo de uma outra ação, que é interpretar o passado, ação essa desencadeada tanto por entrevistado como por entrevistador (ALBERTI, 1996). Neste processo de equilíbrio delicado, a entrevista de história oral, mais do que uma tentativa de construção de um passado, é a possibilidade de se documentar as ações de constituição de memórias.

As memórias estão sempre em disputa, permeadas por silêncios, esquecimentos e reinterpretções de acontecimentos do passado. Jacques Le Goff coloca que:

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2003)

Da mesma forma que as memórias coletivas, as memórias individuais também estão permeadas por uma série de fatores que podem modificá-las, reprimi-las, distorcê-las. Essas questões não podem passar despercebidas ao historiador que pretende fazer uso de fontes orais em sua pesquisa. Como ressalta Alessandro Portelli, “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p. 31)

Objetivo Geral

- Construir, por meio de análise de fontes impressas e orais, uma narrativa histórica sobre a trajetória do jornal O Brado Universitário - periódico produzido pelo movimento estudantil da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - bem como sobre seu papel na expressão da resistência estudantil ao regime militar

instaurado no Brasil em 1964.

Objetivos Específicos

- Levantar exemplares do jornal O Brado Universitário.
- Realizar entrevistas com os personagens ligados direta ou indiretamente à produção do jornal.
- Analisar os materiais levantados – exemplares do jornal e entrevistas com os personagens – partindo do princípio de que se tratam de dois tipos de fontes distintos, com características próprias e que exigem abordagens diferentes.

Considerações Finais

É certo que o tema ditadura militar/resistência já foi largamente estudado e abordado em diversas obras bibliográficas. Porém, o ineditismo da fonte que será pesquisada permitirá que a temática seja retomada sob um novo ponto de vista. No levantamento bibliográfico realizado para a produção do presente projeto constatamos não existir pesquisa histórica sobre ou a partir do jornal *O Brado Universitário*, o que, além de conferir um caráter de ineditismo à pesquisa, também revela uma possibilidade - e a necessidade - de preservar essa memória do movimento estudantil da UEM, transformando-a em história.

Referências

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Trabalho apresentado à mesa-redonda Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral, durante o II Seminário de História Oral. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf. Acesso em 10/01/2017.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas:** revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. *Mouseion*, n.12, mai/ago, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAPELATO, Maria Helena K. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DIAS, Reginaldo Benedito. **O Movimento Estudantil na Universidade Estadual de Maringá - UEM (1970-1987)**. *Revista Espaço Acadêmico*. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, Ano XI, n.124. 2011. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14697>. Acesso em 10.01.2017.

_____. **Uma universidade de ponta-cabeça:** a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade. Maringá: Clichetec, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova "velha história":** o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*. Fundação Getúlio Vargas, v 5, n .10, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 1 ed. [S.L.]: Página Aberta, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento. História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LUCA, Tania Regina de. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007. P.143-167.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. *Revista Projeto História*, n.14, fev., 1997. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/artic/e/view/11233>. Acesso em: 10/01/2017.

SACCHETTA, Vladimir. **Imprensa alternativa**. In: ROIO, J. L. D. et al. *As capas desta história: a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à anistia)*. 1 ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012008-113411/pt-br.php>. Acesso em 10/01/2017.